Rua Osvaldo Cruz, 262 - 5º andar - Centro - Adamantina/SP - 17800-000 - CNPJ: 43.008.291/0001-77
Fone (18) 3502-9000 - E-mail: gabineteadt@adamantina.sp.gov.br - www.adamantina.sp.gov.br

MENSAGEM Nº 016/2024

Senhor Presidente,

Encaminhamos a Vossa Excelência e demais membros dessa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre a criação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC do Município de Adamantina e dá outras providências

Cumpre destacar a necessidade de regulamentar no Município as atividades e funções da Defesa Civil a fim de organizar os equipamentos públicos para que seja possível atingir com excelência os objetivos propostos pela Defesa, ou seja, para que efetivamente sejam reduzidos os riscos de desastres, bem como seja possível efetuar as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação a comunidade.

Assim considerando que os serviços serão executados por servidores municipais e em horário muitas vezes diversos do expediente normal de trabalho, é justo e necessário que os servidores sejam remunerados pelo trabalho extra que irão realizar, desta maneira, a criação de uma gratificação para aqueles que exerceram suas funções junto a Defesa Civil.

Considerando que não há como prever a ocorrência de eventos que exijam a intervenção da Coordenadoria requer-se que a presente seja apreciada em **caráter de urgência.**

Adamantina, 15 de março de 2024.

MÁRCIO CARDIM
Prefeito do Município

Sua Excelência, o Senhor
AGUINALDO PIRES GALVÃO
Presidente da Câmara
ADAMANTINA – SP

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 004, DE 15 DE MARÇO DE 2024.

Dispõe sobre a criação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC do Município de Adamantina e dá outras providências

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ADAMANTINA:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º Fica criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, do Município de Adamantina, diretamente subordinada ao Prefeito ou a seu eventual substituto, com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de proteção e defesa civil (prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação), nos períodos de normalidade e anormalidade.

Artigo 2º Para as finalidades desta Lei denomina-se:

I - Proteção e Defesa Civil: ciclo de ações (preventivas, preparativas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas) executadas pelo sistema formado por entidades (públicas, privadas e do terceiro setor) e pela sociedade civil, articulado e integrado para a garantia da segurança global da população face principalmente ao risco de desastres;

II- Desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um cenário vulnerável, causando grave perturbação ao funcionamento de uma comunidade ou sociedade, envolvendo extensivas perdas e danos humanos, materiais, econômicos ou ambientais, que excede sua capacidade de lidar com o problema usando meios próprios;

III - Situação de Emergência: situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em uma determinada área do município, ou no município todo, decretada em razão de desastre, comprometendo parcialmente sua capacidade de resposta;

IV - Estado de Calamidade Pública: situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em uma determinada área do município, ou no município todo, decretada em razão de desastre, comprometendo substancialmente sua capacidade de resposta.

Artigo 3º A COMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à proteção e defesa civil.

Artigo 4º A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Artigo 5º A COMPDEC será composta por:

I – Coordenador

II – Técnico Operacional

III – Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil

IV - Agentes do Setor Operacional

Artigo 6º Fica criado o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, com o objetivo de discutir, propor, acompanhar e fiscalizar as ações da política municipal de proteção e defesa civil e acompanhar a execução de suas ações.

Artigo 7º As definições sobre as atribuições específicas, nomeações de representantes e outras regras pertinentes serão regulamentadas por decreto do Executivo.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil será composto por 10 (dez) membros, sendo 5 (cinco) representantes do Poder Público Municipal e 5 (cinco) representantes da sociedade civil.

Artigo 8º Os servidores públicos designados para compor o Conselho, bem como aqueles designados para colaborar nas ações emergenciais, exercerão essas atividades sem prejuízo das funções que ocupam.

Artigo 9º Os servidores nomeados para desempenhar atividade de suporte à COMPDEC – Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil farão jus à gratificação de função enquanto perdurar a nomeação.

Artigo 10 Ficam atribuídas as seguintes gratificações de função:

I – os servidores nomeados para compor o Setor Operacional perceberão R$ 505,00 (quinhentos e cinco reais), por mês;

II – o servidor nomeado como Coordenador perceberá o valor de R$ 1.010,00 (mil e dez reais), por mês.

§ 1º Os demais servidores que eventualmente prestarem serviços na Defesa Civil, o farão em horário normal de expediente, por esta razão não serão gratificados.

§ 2º Os valores das gratificações serão reajustas por Decreto, utilizando como parâmetro a mesma data e o mesmo índice aplicado às revisões e reajustes da Tabela de servidores deste município.

Artigo 11 Para dar suporte à COMPDEC – Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil serão necessários:

a) 01 Coordenador;

b) 08 membros para o Setor Operacional

c) 01 Técnico operacional (não gratificado).

Artigo 12 As secretarias municipais, dentro de suas atribuições, auxiliarão a Defesa Civil de forma técnica, quando necessário.

Artigo 13 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Adamantina, 15 de março de 2024.

MÁRCIO CARDIM
Prefeito do Município